

MENSAGEM DE JOÃO PESSOA

Ao encerrar-se o XVI Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos, uma promoção da Associação Brasileira de Recursos Hídricos, é mister destacar seu êxito e principais resultados.

Realizado na cidade de João Pessoa tendo por tema “Integrando a Gestão de Águas às Políticas Sociais e de Desenvolvimento Econômico”, o Simpósio reuniu cerca de 1.100 pessoas de todos os estados do Brasil, dos mais variados campos de interesse técnico-científico relacionados com a ocorrência, os usos e a gestão das águas.

O expressivo número de trabalhos apresentados, que chegou a 732, assim como as dez mesas redondas, três palestras-debates e uma conferência atraíram a atenção da comunidade de especialistas e permitiram uma ampla discussão sobre políticas públicas, aspectos técnicos, ensino e pesquisa, os quais apresentam grande importância para toda a sociedade.

Esses resultados são frutos do trabalho que vem sendo incentivado pela ABRH nos 28 anos de sua existência e já se faz sentir em contribuições de grande repercussão para a sociedade na medida em que, por exemplo, serve de base para o aperfeiçoamento do aparato legal e institucional, bem como na formação de quadros para a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e para o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Não é demasiado julgar que a mobilização da sociedade com vistas ao desenvolvimento de uma cultura de uso racional e sustentável dos recursos hídricos, também é um resultado de intensa atividade da Associação quer seja no âmbito acadêmico, quer seja junto aos formuladores de opinião e de decisão política.

O momento atual e o tema central do Simpósio propiciaram oportunas discussões sobre temas da maior relevância na atualidade, como a elaboração do Plano Nacional de Recursos Hídricos e a transferência de águas entre bacias hidrográficas. Em ambos casos verifica-se o grande interesse e envolvimento da sociedade brasileira, sendo que o Plano deverá inaugurar um novo estilo de articulação de políticas públicas em prol do desenvolvimento sustentável.

Quanto a transferência de água entre bacias, as condições determinantes para a realização de projetos desse tipo são invariavelmente a relativa abundância de águas na bacia doadora e situações de escassez severa na bacia receptora. Na vigência dessas condições, a transferência de águas entre bacias é, em princípio, tecnicamente viável e socialmente justificável.

Sua implantação exige, naturalmente, um amplo processo de negociação entre as bacias doadoras e receptoras, com justa compensação às primeiras e a obediência a uma série de condições por parte das últimas, tais como a identificação dos beneficiários e a garantia de que os benefícios do projeto sejam maiores do que seus custos e ambos sejam corretamente explicitados. Outros pré-requisitos são também essenciais para a sustentabilidade do empreendimento, tais como a devida consideração dos aspectos ambientais e a existência de suportes legais e institucionais e gerenciais. É importante também que a sociedade possa avaliar todas as implicações empreendimento.

No caso do São Francisco, tendo em vista o porte das obras e suas implicações sociais, econômicas e ambientais, as preocupações, acima apontadas, são ainda mais relevantes.

É de destacar que durante o evento o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, instância máxima da formulação da Política de Recursos Hídricos no país, promoveu uma série de reuniões de suas câmaras técnicas, para analisar e aprovar, entre os outros temas, os resultados das negociações a respeito da transposição no Sistema Cantareira, de onde se percebem claramente o envolvimento da sociedade e a importância dos suportes legais e institucionais, eis que as negociações se desenvolveram em instâncias próprias do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, abertas ao público, em manifestação democrática de transparência e cidadania.

Ao longo dos anos de sua existência, a ABRH tem se preocupado com a qualidade da formação de profissionais que possam efetivamente contribuir para o desenvolvimento social e econômico das diversas regiões do país. Assim, o tema central deste Simpósio, que se expressou concretamente em abordagens dos mais diferentes aspectos e interfaces, demonstra que a integração das ciências com as políticas públicas deve ser continuamente perseguida, pois, de fato, encontra eco tanto na comunidade científica como no interesse da sociedade.

Entre outros resultados, igualmente relevantes do evento, e reconhecendo a importância e a crescente necessidade de especialistas na área de recursos hídricos, a ABRH se manifesta enfaticamente favorável à criação de cursos de graduação em engenharia hídrica em todo o País, aplaudindo, em particular, a implantação pioneira na Universidade Federal de Itajubá, cujo processo ora tramita no sistema CONFEA-CREA, para a definição formal das atribuições profissionais nessa área, formulando votos de uma rápida solução.

Igualmente, a ABRH reconhece a necessidade da formação e do envolvimento de profissionais de todas as áreas afins ao tema de sua atividade, recomendando, inclusive, que os concursos públicos no âmbito do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos sejam abertos à possibilidade real de participação desses profissionais, pois só assim haverá efetiva integração das disciplinas voltadas para a engenharia de recursos hídricos.

Por outro lado, a ABRH vê, com preocupação a fragilidade dos sistemas estaduais de recursos hídricos, face às instâncias decorrentes das mudanças políticas. Em função das estruturas de poder, das modificações constantes nos organogramas e competências dos órgãos gestores, e, principalmente, da ausência de políticas de capacitação e absorção de recursos humanos, observam-se, com frequência, retrocessos e estagnação das conquistas alcançadas pelos estados no processo de gestão das águas.

Além disso, e não só no âmbito estadual, a gestão participativa, via Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos e Comitês de Bacias Hidrográficas, preconizados pela Lei no, 9.433/97, ainda não adquiriu as devidas condições de funcionamento e reconhecimento de sua importância, necessitando melhor definição dos seus deveres e direitos.

Também com preocupação, constata-se que a rede hidrometeorológica e de qualidade da água, hoje em operação no Brasil, está mal dimensionada, com percentual significativo de estações tecnologicamente obsoletas, sendo, em muitos casos, operada de forma

ineficiente. O eficiente gerenciamento de recursos hídricos pressupõe a existência de uma rede de monitoramento hidrometeorológico e de qualidade da água, com adequada cobertura territorial, que produza, continuamente, dados confiáveis.

A operação dessa rede tem sofrido constantes problemas de interrupção, por falta de recursos para custeio e de investimentos para reposição de equipamentos, com perdas de dados e informações, que são, por essência, insubstituíveis. Em muitos casos, deixam de ser medidos e avaliados eventos críticos, tanto hidrometeorológicos, quanto de qualidade de água. A falta desses dados acarreta graves conseqüências sociais, econômicas e financeiras para o País. É essencial também a realização de esforços para implantação de sistemas de informações que congreguem e analisem estas informações e as tornem disponíveis a toda a sociedade brasileira de forma eficiente, fácil e barata.

Neste particular aspecto, são graves, também, as atitudes assumidas por alguns operadores dessa rede, financiada em grande parte com recursos públicos, ao não disponibilizarem à sociedade os dados coletados e as informações produzidas ou ao exigirem pagamento de vultosas quantias para fornecimento de dados e informações.

É imperioso, portanto, que as entidades operadoras da rede e as instâncias decisórias de governo considerem, com a prioridade que lhes é devida, essas atividades de grande interesse público, que são a operação da rede hidrometeorológica e de qualidade da água e a disponibilização gratuita à sociedade dos dados e informações produzidos.

Considera-se necessário que se promova uma ampla reformulação dessa rede, redimensionando-a para atender as demandas do gerenciamento de recursos hídricos e modernizando-a em padrões tecnológicos atuais. É importante que seja garantido o aporte dos recursos necessários à reformulação e à operação da rede e que sejam implementados processos mais eficientes para operação. É essencial, também, que seja livre e gratuito o acesso da sociedade aos dados e informações produzidos pela rede.

A ABRH reafirma sua disposição de prosseguir com o mesmo entusiasmo e dedicação ao país, colocando-se ao lado de todos os segmentos sociais e instituições, para colaborar no contínuo desenvolvimento das ciências relacionadas com o estudo, a pesquisa, a promoção do uso sustentável e gerenciamento das águas.

João Pessoa, 24 de novembro de 2005

Diretoria da ABRH

Conselho Consultivo